

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.576 - MG (2018/0167751-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MONTE AZUL - MG  
**SUSCITADO** : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA JANAÚBA - SJ/MG  
**INTERES.** : MARIA CRISOSTOMO DE SOUZA  
**ADVOGADOS** : ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA - RS014877  
KARINA VALESCA FERREIRA LINS - RS053016  
**INTERES.** : BANCO DO BRASIL SA

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MONTE AZUL-MG**, suscitante, e o **JUÍZO FEDERAL DA 1.ª VARA DE JANAÚBA-SJ/MG**, suscitado.

**Ação:** de cumprimento de sentença proposta perante a Justiça comum, por MARIA CRISÓSTOMO DE SOUZA em face de BANCO DO BRASIL S.A., em que a interessada postulou a execução do quanto decidido em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, objetivando a aplicação do BTN às operações de crédito rural.

**Decisão do Juízo suscitado:** declinou da competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que "(...) *tendo em vista que o cumprimento de sentença foi proposto em face do BANCO DO BRASIL, que não está elencado no rol do art. 109, I, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), não há que se falar em competência da Justiça Federal.*" (fl. 133).

**Decisão do Juízo suscitante:** suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que "*a ação civil pública que originou a presente demanda, como já dito, envolve a União Federal e o Banco Central*", razão pela qual entendeu ser competência da Justiça Federal (fl. 149).

O Ministério Público Federal, apesar de provocado, não emitiu parecer (fls. 164-166).

É o relatório.

**Decide-se.**

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

2. O conflito de competência em análise foi suscitado no âmbito do

cumprimento de sentença provisório manejado exclusivamente contra o BANCO DO BRASIL S.A., com o objetivo de executar o quanto decidido em ação civil pública, na qual também figuraram como réus a UNIÃO FEDERAL e o BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Não obstante o teor do art. 516, II, do CPC, que dispõe ser da competência do juízo que decidiu a causa em primeiro grau de jurisdição o cumprimento de seus julgados, a jurisprudência desta Corte tem se posicionado no sentido de que compete à Justiça Federal a palavra final acerca do interesse na causa, de modo a atrair sua competência, nos termos da Súmula n.º 150/STJ (*Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas Autarquias ou Empresas Públicas*).

Na situação dos autos, o Juízo Federal afirmou que *"o simples fato de a ACP que originou a presente demanda ter sido julgada pela Justiça Federal não é motivo suficiente para atrair a competência deste Juízo", "sendo assim, não figurando nenhum dos polos da relação processual os entes relacionados no art. 109, I, da CF/88 (União, entidade autárquica ou empresa pública federal), a justificar a apreciação da lide pela Justiça Federal, a competência será, necessariamente, da Justiça Estadual."* (fl. 134).

Com efeito, considerando que o cumprimento de sentença em questão foi manejado exclusivamente contra o BANCO DO BRASIL S.A., ressaí a competência da justiça estadual para a causa.

Nesse sentido: CC 158.151/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 05/02/2019; CC 159.253/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 10/09/2018; CC 159.097/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 06/09/2018.

E ainda, envolvendo, inclusive as mesmas partes e juízos: CC 162.733/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 13/12/2018.

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 955, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **conheço** do conflito para **declarar** a competência do r. Juízo de Direito da Vara Única de Monte Azul-MG, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator